

REQUERIMENTO Nº , DE 2015

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, *a*, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Desenvolvimento Social, para que este providencie, **no estrito prazo constitucional (sob pena da responsabilização criminal)**, as seguintes informações acompanhadas dos documentos comprobatórios:

- o valor não repassado aos municípios quanto ao programa de controle da Bolsa Família, discriminando por estado e por município no atual exercício financeiro;
- os motivos para que não esteja ocorrendo tais repasses com a lista das autoridades responsáveis por tal ato, bem como as providências tomadas para a responsabilização dos mesmos.

JUSTIFICAÇÃO

O descalabro e descontrole deste governo acontece de maneira generalizada. Cada vez mais se percebe que existe um caos administrativo e financeiro o que gera “apagão” nas diversas áreas de atuação governamental. Agora, a imprensa denuncia que, um dos chamados programas de maior propaganda deste (des)governo, o Bolsa-Família está sofrendo com atrasos sistemáticos de repasses. Tal fato, além de prejudicar o sistema com a perda de sua confiabilidade, também acaba onerando os municípios.

Sabe-se que muitas prefeituras e Estados em todo o país ainda não receberam em 2015 nenhum centavo para a gestão da Bolsa-



Família. Pior, tais atrasos estão “comprometendo a checagem de dados como a frequência de crianças nas escolas e atualizações cadastrais.”

Os programas de acompanhamento nunca tinham sofrido atrasos dessa ordem. Em algumas prefeituras, funcionários foram desligados e serviços, cancelados. O próprio Ministério do Desenvolvimento Social reconhece os atrasos e diz que a situação deve se normalizar quando receber repasses do Tesouro Nacional. Entretanto, prefeituras reclamam que, com a exigência de mais fiscalização neste ano, o trabalho aumentou e os recursos se tornaram mais escassos.

Destarte, a fim de esclarecer a ação das autoridades em relação aos fatos supracitados, buscamos saber, dentro de minha prerrogativa Constitucional, quais as ações do Ministério da Desenvolvimento Social em relação aos fatos destacados.

Portanto, o Senado Federal deve exigir o mais rapidamente possível as informações aqui solicitadas, pois garantirão que se impeça que o governo aja de acordo com seus interesses nada transparentes, desprezando os interesses da população.

Sala da Sessão, em

Senador **RONALDO CAIADO**
Democratas/GO

